



Ofício nº 006/2026
Gabinete do Prefeito
Sabará/MG, 07 de janeiro de 2026.

Senhor Presidente,

Com cordiais cumprimentos, encaminho a essa Egrégia Câmara Municipal, para apreciação dos nobres Vereadores, as razões do veto parcial apostado à Proposição de Lei nº 3.272, de 09 de dezembro de 2025, que *“dá denominação a logradouros públicos”*.

O veto fundamenta-se em razões de ordem técnica e jurídica, com base no inciso II e § 4º do art. 58, combinado com o art. 79, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, conforme exposto nas Razões de Veto que acompanham esta mensagem, as quais demonstram a impossibilidade de sanção do inciso II do artigo 1º da referida proposição nos termos propostos.

Dessa forma, considerando tratar-se de veto parcial, devolvo a Proposição de Lei nº 3.272/2025 a essa Colenda Casa Legislativa para o devido reexame, nos termos da legislação vigente.

Renovo, na oportunidade, a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

Sem outro particular, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Rodolfo Tadeu da Silva
Prefeito de Sabará

Excelentíssimo Senhor
André Luiz Soares
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Sabará



RAZÕES DE VETO PARCIAL

Com cordiais cumprimentos, encaminho a essa Egrégia Câmara Municipal as razões do veto parcial aposto à Proposição de Lei nº 3.272, de 09 de dezembro de 2025, que *“dá denominação a logradouros públicos”*.

O veto incide exclusivamente sobre o inciso II do art. 1º da proposição, o qual atribui à via pública atualmente conhecida como Rua Sete, situada no bairro Bela Vista, a denominação de Rua Cristina Rocha.

A decisão decorre de apontamento de ordem estritamente técnica, identificado no curso da análise do ato legislativo, consistente na constatação de que a pessoa indicada para a homenagem se encontra viva. Tal circunstância impõe necessária cautela quanto à consolidação do ato normativo, à luz dos princípios que regem a Administração Pública, notadamente os da impessoalidade, da moralidade administrativa e da segurança jurídica.

Cumprir ressaltar que a Lei Orgânica do Município de Sabará, em seu art. 218, estabelece vedação expressa à atribuição de nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza, comando que se revela plenamente aplicável à hipótese em exame.

Em reforço interpretativo, observa-se que a matéria encontra correspondência, por analogia, no art. 1º da Lei Federal nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que igualmente proíbe, em todo o território nacional, a atribuição de nome de pessoa viva a bem público pertencente à União ou às entidades da administração indireta, evidenciando diretriz consolidada no ordenamento jurídico pátrio.


Registre-se, ainda, que o próprio autor da proposição, ao tomar ciência do equívoco material, manifestou-se favoravelmente à correção da matéria, mediante a adoção



das providências cabíveis, circunstância que reforça o caráter preventivo, colaborativo e saneador da presente medida.

Diante desse contexto, e em observância aos critérios de conveniência administrativa e prudência jurídica, entendeu-se pela aposição de veto parcial ao inciso II do art. 1º da Proposição de Lei nº 3.272, de 09 de dezembro de 2025, preservando-se, contudo, as demais disposições, que permanecem hígidas e compatíveis com o ordenamento jurídico vigente.

Submetem-se, assim, as presentes razões à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, para os fins previstos na Lei Orgânica do Município.


Rodolfo Tadeu da Silva
Prefeito de Sabará

Sabará, 13 de agosto de 2025

OFÍCIO Nº 001/2025
Gabinete do Vereador Tornado

À
Procuradoria Geral do Município de Sabará
Assunto: Solicitação de veto parcial – Proposição nº 3.272/2025

Senhor Procurador-Geral,

O Vereador que este subscreve, no exercício de suas atribuições legais, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria expor e requerer o que segue.

Foi apresentada por este parlamentar a Proposição nº 3.272/2025. Contudo, após sua tramitação, constatou-se a ocorrência de equívoco material no inciso II da referida proposição, no qual consta a menção à senhora Cristina Rocha, que, conforme apurado, encontra-se viva, tornando a referência indevida.

Diante disso, e com o objetivo de preservar a legalidade, a correção formal do ato legislativo e a segurança jurídica, solicita-se o veto específico do inciso II da Proposição nº 3.272/2025.

Ressalta-se que a presente solicitação encontra amparo no art. 218 da Lei Orgânica do Município de Sabará, que autoriza a adoção das medidas necessárias para correção de vícios ou inadequações em proposições legislativas.

Certo da atenção e da costumeira colaboração dessa Procuradoria, renovo protestos de elevada consideração.

Atenciosamente,

gov.br

Documento assinado digitalmente

ALESSANDRO MARIANO ALVES

Data: 07/01/2026 09:48:09-0300

Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

Alessandro Mariano Alves – Tornado
Vereador – Câmara Municipal de Sabará